

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**HENRIQUE ZAVALSKI MANO**

**INFRAÇÕES À DIREITOS HUMANOS E REPRESSÃO DURANTE A  
DITADURA-CIVIL MILITAR BRASILEIRA: COMO O CENÁRIO  
INTERNACIONAL DA ÉPOCA, NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA,  
INFLUENCIOU OS 21 ANOS DE REGIME**

**FRANCA**

**2022**

**HENRIQUE ZAVALSKI MANO**

**Infrações a direitos humanos e repressão durante a ditadura civil-militar brasileira:  
como o cenário internacional da época, no contexto da Guerra Fria, influenciou os 21  
anos de regime**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de Ciências  
Humanas e Sociais da Universidade  
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita  
Filho”

**Orientador:** Profº Drº Luís Alexandre  
Fuccille

**FRANCA**

**2022**

M2  
85i

Mano, Henrique Zavaliski

Infrações a direitos humanos e repressão durante a ditadura civil-militar brasileira : como o cenário internacional da época, no contexto da Guerra Fria, influenciou os 21 anos de regime / Henrique Zavaliski Mano. -- Franca, 2022  
50 f.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientador: Luís Alexandre Fuccille

1. Guerra Fria. 2. Forças Armadas. 3. Direitos Humanos. I. Título.

**HENRIQUE ZAVALSKI MANO**

**INFRAÇÕES À DIREITOS HUMANOS E REPRESSÃO DURANTE A  
DITADURA-CIVIL MILITAR BRASILEIRA: COMO O CENÁRIO  
INTERNACIONAL DA ÉPOCA, NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA,  
INFLUENCIOU OS 21 ANOS DE REGIME**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e  
Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do  
título de Bacharel em Relações Internacionais.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Luís Alexandre Fuccille

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCHS – Unesp Franca

---

Elizabete Sanches Rocha

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCHS – Unesp Franca

---

Marcelo Passini Mariano

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCHS – Unesp Franca

**Franca, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.**

## AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho é o amálgama de minha jornada acadêmica e pessoal desde a adolescência, e tenho inúmeras pessoas a agradecer. Dedico esta monografia à minha amada mãe, Zenaide, cuja tenacidade e personalidade forte foram essenciais para que me tornasse a pessoa que sou hoje. Obrigado pela confiança e pela força, sempre. Ao meu primo João Victor (in memoriam), uma das centenas de milhares de vítimas da pandemia de COVID-19 no Brasil. Na tristeza de sua partida pude aprender de verdade o valor da vida e assim tive forças para seguir em frente durante um período muito conturbado. A todos os amigos que pude fazer na universidade, na tristeza e na alegria, nos bons e maus momentos, sempre. Agradeço muito aos meus irmãos, meus padrinhos, e, por último, à minha tia Maria José (in memoriam). Levo sempre comigo a alegria e a vontade de viver que a senhora tinha. Saudades eternas.

Ao meu orientador Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Luís Alexandre Fuccille, um docente ímpar. Aos meus professores de linguagens e ciências humanas durante minha formação escolar, a saber, prof<sup>a</sup> Valquíria, prof<sup>a</sup> Vânia, prof<sup>o</sup> Artur, prof<sup>a</sup> Carolina e prof<sup>a</sup> Cássia. Eu nunca teria escolhido o curso de Relações Internacionais se não tivesse sido minha formação acadêmica, e como indivíduo, que me foi permitida ao longo do meu Ensino Médio. Aos docentes que contribuíram de forma significativa na minha jornada universitária, seja com amparo em questões acadêmicas ou pelo aprendizado pessoal, em especial, Elisabete Sanches Rocha, Marcelo Passini Mariano e Alberio Neves Filho. A todos que foram assassinados, censurados ou de alguma forma perseguidos pela Ditadura Militar brasileira, cuja luta e resistência me inspiraram a escrever este trabalho. É importante, por vivermos sob um regime democrático, manter acesa a memória de todos que lutaram em nome disso, abrindo o caminho para que hoje nós tenhamos as liberdades que lhes foram recusadas. A Deus, que me fez manter a fé independente de qualquer obstáculo e me acompanha sempre.

## **RESUMO**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso propõe desenvolver, através da análise da bibliografia especializada sobre o tema, da ambientação cultural e legado da época, e da bagagem teórica e conceitual adquirida ao longo de minha graduação em Relações Internacionais, uma pesquisa a fundo acerca da repressão e as infrações a direitos humanos durante a ditadura civil-militar brasileira. Para tal, serão explorados três eixos de pesquisa: a questão da bipolaridade da Guerra Fria e a relação bilateral Brasil-Estados Unidos, em especial nos anos que antecederam o golpe de 1964 (BANDEIRA, 2014, p. 319; 356); as relações entre sociedade civil e as Forças Armadas dentro do regime de exceção, em especial o setor da construção civil; e, por fim, como o aparato ditatorial reprimiu a população e infringiu inúmeras vezes direitos humanos ao longo dos 21 anos do regime.

Através de conceitos, interpretações e autores estudados ao longo do curso de Relações Internacionais, a bibliografia especializada do tema será analisada a fim de embasar – por meio de dados, documentos e textos selecionados – a argumentação central do texto. A finalidade última deste trabalho é construir, a partir dos três eixos de pesquisa supracitados, uma linha de raciocínio que seja capaz de responder a que modo e como se deram as sucessivas infrações de direitos humanos durante a ditadura civil-militar de 1964 a 1985, levando em consideração o contexto histórico internacional e a influência sobre esse período no Brasil.

**Palavras-chave:** Guerra fria, repressão, Forças Armadas, sociedade civil, tortura.

## **ABSTRACT**

This graduation final paper's main purpose is to develop, through analyzing the specialized bibliography about the subject, the cultural background and legacy of this period in time, the conceptual and theoretic baggage acquired throughout my International Relations graduation, an in depth research regarding the repression and human rights infractions during the civic-military Brazilian dictatorship. In order to do so, three main research axes: the Cold War bipolar order and the bilateral ties between Brazil and the United States, specially during the years that preceded the 1964 coup (BANDEIRA, 2014, p. 319; 356); the relations between the Armed Forces and the Civil society within the regime, specially the civil construction sector; and, at last, how the dictatorship engine repressed the society and the constant infringement of human rights throughout the twenty one years of the regime.

Through analyzing authors, concepts and different points of view studied and provided to me throughout my four year degree in International Relations, the references regarding the theme will be used in order to, based on data, documents and selected complimentary archives - the paper's main argument. Ultimately I aspire to construe a way of thought that, through the three main axes of research noted, is able to answer in which way and how the constant human rights infractions happened throughout the 1964-1985 civic-military dictatorship, given the international historic background and the influence of that time in Brazil.

**Key-words:** Cold war, repression, Armed Forces, civil society, torture.

## SUMÁRIO

|             |                                                                                                                                    |           |
|-------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1.</b>   | <b>OBJETIVOS.....</b>                                                                                                              | <b>10</b> |
| <b>2.</b>   | <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                             | <b>11</b> |
| <b>3.</b>   | <b>DESENVOLVIMENTO.....</b>                                                                                                        | <b>13</b> |
| <b>3.1.</b> | <b>A Bipolaridade da Guerra Fria e os Desdobramentos da Relação<br/>        EUA-Brasil.....</b>                                    | <b>16</b> |
| 3.1.1.      | <i>EUA, URSS e o Continente Americano.....</i>                                                                                     | <i>17</i> |
| 3.1.2.      | <i>Política Externa Brasileira.....</i>                                                                                            | <i>20</i> |
| <b>3.2.</b> | <b>Os Laços entre a Sociedade Civil e as Forças Armadas.....</b>                                                                   | <b>23</b> |
| 3.2.1.      | <i>As Articulações da Elite em torno do Golpe.....</i>                                                                             | <i>23</i> |
| 3.2.2.      | <i>31 de Março de 1964.....</i>                                                                                                    | <i>26</i> |
| 3.2.3.      | <i>As Empreiteiras e a Ditadura Militar.....</i>                                                                                   | <i>27</i> |
| 3.2.4.      | <i>A Moral e os Bons Costumes.....</i>                                                                                             | <i>29</i> |
| <b>3.3.</b> | <b>A Repressão e as Múltiplas Infrações a Direitos Humanos ao longo dos 21<br/>        anos de Regime Militar (1964-1985).....</b> | <b>31</b> |
| 3.3.1.      | <i>A Política Externa como instrumento de validação do aparato<br/>                repressor.....</i>                              | <i>34</i> |
| 3.3.2.      | <i>Repressão, Mortos e Desaparecidos.....</i>                                                                                      | <i>35</i> |
| <b>4.</b>   | <b>CONCLUSÃO.....</b>                                                                                                              | <b>39</b> |
| <b>5.</b>   | <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>                                                                                             | <b>40</b> |



## 1. OBJETIVOS

Em primeiro lugar, o objetivo desse trabalho é construir, através de conceitos e autores estudados ao longo de minha graduação em Relações Internacionais, uma análise acerca dos 21 anos de Ditadura Militar no Brasil, de maneira a explorar o grau de intensidade e quão decisiva foi a conjuntura histórica da época em âmbito regional e internacional para culminar no fatídico Março de 1964. Tendo em vista essa questão, será analisado como setores da sociedade, em especial as empresas de construção civil, interagiram com as Forças Armadas entre 1964 e 1985, e seu apoio instrumental para a queda do presidente João Belchior Marques Goulart. Por fim, será retratado como o aparato ditatorial atuou sistematicamente para reprimir forças contrárias ao regime, desde a construção da censura a meios de comunicação até a questão dos desaparecimentos, tortura e assassinatos.

Para isso serão utilizados, a partir da ótica da Teoria Realista, interpretações e conceitos de autores consagrados dessa corrente a fim de analisar a posição dos Estados Unidos e a ideologia do bloco capitalista diante do contexto da Guerra Fria. Ademais, serão correlacionados elementos políticos, sociais e econômicos a âmbito regional que mobilizaram setores da sociedade civil a formarem uma oposição significativa ao presidente João Goulart, acabando por servir de um dos alicerces dos militares para justificar a tomada do poder. Também será retomada a política externa da década anterior ao golpe, que foi responsável por colocar o Brasil contra a corrente estadunidense no jogo de forças da América Latina. De maneira a construir uma linha de raciocínio que elucide a importância da sociedade civil no fomento da ascensão ao poder das Forças Armadas, será dado um enfoque para os grupos que foram favoráveis a tal movimentação, com destaque para os laços estreitos entre empreiteiras e a ditadura militar, que investiu sistematicamente no setor da engenharia civil e, como consequência, deixou outros pontos da economia defasados. Ao adentrar-me no aparato repressor da Ditadura, citarei alguns dos casos mais infames de tortura e assassinato durante os 21 anos em que ela fez-se presente no Brasil, pincelando também a questão da censura. Ao final, será proposta uma reflexão acerca das consequências e do legado da ditadura militar de 1964 para a história brasileira, e o porquê da importância indiscutível de estudar-se esse regime de exceção até os dias de hoje.

## 2. INTRODUÇÃO

Escolher refletir sobre um tema tão complexo e cheio de nuances me ocorreu, a princípio, como um projeto de pesquisa - ao invés de um Trabalho de Conclusão de Curso. Durante uma aula da disciplina de Direito Internacional Público, apareceu a ideia de explorar a fundo as questões pertinentes à área das RI no que tange à formação ideológica e histórica da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), levando em conta as infrações à direitos humanos durante o período.

Os contornos e como se deu o regime militar em um país das dimensões terrestres e da projeção internacional como o Brasil são questões de importância para refletir sobre os mecanismos que foram utilizados para legitimar, em âmbito interno, como foi o caso da repressão e da censura; e externo, como foi o caso do *Report of allegations of torture in Brazil*, peça chave para entender como o Estado brasileiro utilizou de sua posição perante ao cenário internacional para transparecer a imagem de que as denúncias de tortura e violações aos direitos humanos eram infundadas (RORIZ, 2019), também servindo de respaldo para a política interna.

Os laços do Brasil com os Estados Unidos dentro do cenário internacional no contexto da época serão explorados a partir de autores como Luiz Alberto Moniz Bandeira e Eric Hobsbawm, envolvendo conceitos e pressupostos retomados através do resgate da obra de teóricos realistas como Hans Morgenthau (MORGENTHAU, pág. 59) e Raymond Aron (ARON, pág. 72), para que seja possível analisar tal momento histórico a partir da corrente realista, instrumental para o campo das Relações Internacionais. O objetivo será retomar pressupostos e conceitos levantados por esses autores para analisar como a dinâmica da Guerra Fria - elementar também para os anos que antecederam o regime militar - influenciou diretamente a política externa estadunidense dentro de seu continente, e, conseqüentemente, o alinhamento automático ao bloco capitalista dentro da Guerra Fria, tendo em vista os interesses em questão diante dos países vizinhos e tendo em consideração a questão cubana (HOBBSAWM, p. 71).

Através de bibliografia especializada sobre o prenúncio do Golpe Militar, será explorada, a nível nacional, a combinação de fatores de ordem política e social que acabou por culminar na tomada do poder pelas Forças Armadas - como, por exemplo, a política

externa brasileira dos governos de presidentes anteriores e a conjuntura do país pré-1964 e a composição das elites que buscaram colocar em questão a credibilidade do então presidente João Goulart durante seu mandato conturbado. Utilizando fontes oficiais, como os relatórios da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, e relatos sobre casos emblemáticos de tortura, assassinatos e desaparecimentos, tentará-se levantar a tese de como o aparato repressor do regime foi instrumentalizado como política de estado, afim de coibir a oposição e fazer perdurar a ditadura.

### 3. DESENVOLVIMENTO

Os eventos e acontecimentos que foram decisivos para que fosse instaurada uma ditadura em território brasileiro foram diversos. Em primeiro lugar, gostaria de retomar algumas definições que conceituam a implantação desse regime como golpe de estado, a fim de esclarecer o porquê dessa palavra ser utilizada para se referir ao período entre 1964-1985. O relatório da Comissão Nacional da Verdade, instrumento que representa décadas de pesquisas e anseios por respostas acerca das infrações a direitos humanos durante a ditadura militar irá dizer em seu primeiro volume que a ruptura institucional (CNVa, 2014, p. 95) no momento em que João Goulart foi destituído da presidência da república consistia em golpe de estado, dada as justificativas nitidamente ideológicas (*et al*, p. 95) e a movimentação intimidatória em torno de Jango (*et al*, pág. 97). Na célebre coleção “As Ilusões Armadas”, de Elio Gaspari, o movimento que instaurou a ditadura civil-militar é chamado de golpe de estado pois tratou-se de uma conspiração (GASPARI, 2014a, p. 56) das forças armadas em conluio com os Estados Unidos da América. Para uma perspectiva mais crítica, que busca estipular os componentes e grupos responsáveis por fortalecer o aparato militar em torno da retórica golpista, tratou-se de uma mobilização em torno de desestabilizar o projeto trabalhista e esquerdista que se perpetuava no poder (DREIFUSS, 1987, p. 161). É importante lembrar o porquê de palavras como “golpe” e “ditadura” serem utilizadas para que qualquer mal-entendido no momento da leitura seja esclarecido desde já.

Ao observar as décadas de 1950 e meados dos anos 1960, anteriores ao golpe, nota-se uma efervescente e polarizante movimentação política dentro do Brasil, marcada por momentos chave como o suicídio de Getúlio Vargas (BANDEIRA, 2003, p. 262). as crises de sucessão - em 1955, no momento da eleição de JK (CNVa, p. 91, 2014), e em 1961 (GASPARIa, 2014, p. 13), com a renúncia de Jânio Quadros, e a deposição do presidente João Goulart. Parte decisiva dessa polarização era um forte núcleo presente dentro das Forças Armadas, como consta no primeiro relatório da Comissão Nacional da Verdade e no primeiro volume (GASPARI, pág. 46) da série As Ilusões Armadas, de Elio Gaspari, que estava disposto a interferir diretamente na política desde a intensa instabilidade política do segundo governo Vargas (1951-1954). Quando uma crise política eclode em 1954, marcada pela saída de vários de seus ministros, o clamor pela renúncia por uma série de generais e seu próprio vice, Café Filho, e o atentado sofrido por Carlos Lacerda, um de seus opositores mais ferrenhos, em Agosto daquele ano (CNVa, 2014, p. 90), o

presidente comete suicídio e é deflagrado o prenúncio de um golpe de estado (*et al*, 2014, p. 91; GASPARIA, p. 46). O general Teixeira Lott, fazendo frente (BANDEIRA, 2003, p. 268) ao setor das Forças Armadas que estava disposto a tomar o poder, assegura que o resultado do pleito de 1955, que elegeria Juscelino Kubitschek como presidente e João Goulart como vice, seja respeitado. Porém, a semente de uma insurreição respaldada pela figura das Forças Armadas estava sendo semeada ali. João Goulart, apelidado de Jango, foi eleito como vice-presidente da República no pleito de 1961 pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Ministro durante o segundo governo Vargas e vice-presidente durante as gestões JK e Jânio Quadros, teve o início de seu governo extremamente conturbado. Ascende a presidência da República após Jânio renunciar, e a crise política que já assombrava o cargo mais alto do executivo brasileiro ganha ainda mais força (DREIFUSS, 1987, p. 136). Jango é impedido de efetivamente tomar poder, com o Brasil experienciando um período “parlamentarista”, pois consistia em um governo regido pelo congresso federal e o presidente ainda detinha certos poderes.

Ranieri Mazzilli, presidente da câmara dos deputados, é empossado no momento da renúncia e anuncia que, caso retorne ao Brasil, João Goulart seria preso (CNVa, 2014, p. ). Ainda no exterior, em viagem oficial, Jango teria seu cargo fortemente defendido através da Campanha da Legalidade encabeçada pelo seu cunhado, Leonel de Moura Brizola. Após ser devidamente empossado, em 1962, um plebiscito no ano seguinte iria derrubar por terra a possibilidade do Brasil de fato ser regido pelo sistema de governo parlamentarista.

Soma-se a tal contexto nacional o espectro de forças da Guerra Fria e a disputa pela hegemonia dentro das Américas entre o bloco capitalista, liderado pelo vizinho Estados Unidos, e o soviético, encabeçado pela URSS e com crescente influência dentro do continente, dado o alinhamento com Cuba. Além disso, a política externa brasileira também serviu de instrumento (RORIZ, 2021) para legitimar a prática de tortura, coerção social e desaparecimentos forçados - fato demonstrado na reação por parte do estado brasileiro frente a denúncia ao Sistema Americano em 1972.

Soma-se a esses fatores o apoio significativo de setores da sociedade à intervenção militar, pois estes enxergavam a necessidade de reforçar os valores da família cristã, protegendo a “moral e os bons costumes” (SOTEMY, p. 175) frente ao governo de João Goulart. Isso se demonstrou em um dos momentos derradeiros para o golpe de 1964, a Marcha da Família com Jesus pela Liberdade, em março daquele ano. Também é importante frisar que mora aqui o

motivo da expressão “civil-militar” ser utilizada diversas vezes ao longo deste trabalho, pois o apoio de boa parte da população brasileira como um todo faz a ditadura configurar como, digamos, um “esforço conjunto”. O comício na Central do Brasil (STEPAN, e o discurso no Clube Militar (GASPARIA, 2002, foram outros dois pontos inflamatórios para a queda de Jango, e de influência decisiva para o recrudescimento no apoio de setores da sociedade no golpe;

“Acho que nenhum de nós consegue explicar a sequele: a gente sempre vai ser diferente. No caso específico da época, acho que ajudou o fato de sermos mais novos, agora, ser mais novo tem uma desvantagem: o impacto é muito grande. Mesmo que a gente consiga suportar a vida melhor quando se é jovem, fisicamente, mas a médio prazo, o efeito na gente é maior por sermos mais jovens. Quando se tem 20 anos o efeito é mais profundo, no entanto é mais fácil aguentar no imediato.”

Dilma Vana Rousseff, ex-presidenta da República, em um dos depoimentos que compõem o relatório no. 1 da CNV (p. 387)

A dicotomia da Guerra Fria e o apoio significativo de diversos setores da sociedade civil no golpe - e na perpetuação das Forças Armadas no poder durante mais de duas décadas - têm papel decisivo para as múltiplas infrações a direitos humanos durante o regime militar. Levanto este ponto pois um dos alicerces da repressão era justamente levantado contra quaisquer manifestações favoráveis ao bloco soviético, a própria URSS ou qualquer tipo de manifestação contrária à “revolução”. Havia uma forte ideia de nós contra eles, que demonstrava seus primeiros sinais durante o segundo governo Vargas e ganhou força ao longo das décadas seguintes, atingindo seu ápice nos instantes finais do governo de João Goulart. O apoio, aliado a uma certa feição ao regime militar, construiu a narrativa de que quaisquer vítimas de tortura, ou que foram assassinados, não seria uma pessoa de bem - retórica cristalizada em um discurso do ex-presidente E. G. Médici sobre a prática.

Desde 1964, a oposição - desde movimentos da luta armada até artistas - posicionou-se criticamente por motivos diversos, desde a defesa de revoluções socialistas quanto para reivindicar o simples direito de manifestar-se politicamente. Implacáveis, a tortura e os assassinatos - pela amplitude de métodos e a instrumentalização destes presente na retórica do regime - tornam-se peça fundamental para inibir opositores e dissidentes. Todavia, alguns dos casos mais emblemáticos desta prática, como o caso Zuzu Angel (CNV, 2014c) e o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, acabaram por servir de força motriz para que surgisse na

sociedade uma consciência ainda maior acerca da violência institucionalizada dentro da ditadura militar.

### **3.1. A Bipolaridade da Guerra Fria e os Desdobramentos da Relação EUA-Brasil**

O contexto histórico mundial que precedeu a ditadura militar foi de suma importância para tal, dado o posicionamento do Brasil no cenário internacional na década que antecedeu ao golpe e o contexto da bipolaridade da Guerra Fria. Ao interpretar a relação bilateral entre Brasil e Estados Unidos em meados das décadas de 1950 e 1960, anos que precederam ao golpe de 1964, nota-se um afastamento que seria crucial (BUENO, p. 380) para os eventos que desencadearam no golpe militar. A retórica do bloco capitalista (BANDEIRA, 2014), amplamente difundida dentro do continente americano dada a histórica hegemonia estadunidense para com seus vizinhos latinos, demonstrava que não se limitava somente ao embate ideológico direto com a URSS como também em sua zona de influência. Autores realistas clássicos, como Hans Morgenthau e Raymond Aron, irão explorar essas questões de hegemonia, poder e influência de forma mais intensa, temas essenciais ao estudo das Relações Internacionais. Para me aprofundar de maneira mais efetiva na forma com a qual a dicotomia da Guerra Fria e a política externa dos Estados Unidos foram instrumentais para a Ditadura Militar, irei retomá-los.

#### *3.1.1. EUA, URSS e o Continente Americano*

Em “Política entre as Nações”, Morgenthau irá dizer que há um elemento de conflito de interesses intrínseco à natureza humana, uma das bases do realismo clássico (apud MORGENTHAU, 2003, p. 4). Os estados, principais autores das Relações Internacionais dentro do realismo, podem ter essa posição chave colocada em xeque quando há alteração na estrutura hegemônica dentro de um destes (apud MORGENTHAU, 2003, p. 30). A partir disso, ele aponta (MORGENTHAU, 2003, p. 166) que a hegemonia, outro conceito chave para o estudo das R.I., dos Estados Unidos na América Latina vinha historicamente calcada em princípios de demonstração de poder e, em meados do século XX, da magnitude de sua hegemonia. É elencada a questão do *status quo*, que consiste em uma tendência em conservar, através da política externa, o poder (MORGENTHAU, 2003, p. 88), ponto que dialoga diretamente com a tese

central deste trabalho. Por exercer historicamente uma influência muito forte no continente americano, a provável ruptura caso o Brasil seguisse o exemplo cubano ameaçaria a hegemonia estadunidense. Como o próprio Morgenthau aponta, essa influência se deu por meio de uma vasta gama de mecanismos (MORGENTHAU, 2003, p. 165), como a política da Boa Vizinhança e a fomentação da Organização dos Estados Americanos (BANDEIRA, 2014). Em certos pontos, pode-se dizer que a política externa dos EUA na época convergiu com a chamada política de prestígio, conceito também elencado pelo autor para discorrer sobre como os estados interagem entre si através de uma estratégia de demonstração de poder (MORGENTHAU, 2003, p. 88), transmitindo a imagem de que este, mesmo que não seja concreto, é intimidador (MORGENTHAU, 2003, p. 168), através de dois mecanismos para que tal se faça efetivo: a diplomacia e a exibição de força militar.

Em “Paz e Guerra entre as Nações”, Raymond Aron irá retomar princípios de Clausewitz para dizer que, independente do cenário de uma guerra, ela está atuando em função da política, como um de seus instrumentos. Antes de pontuar a convergência neste ponto com Morgenthau, é importante frisar que nunca houve um conflito direto entre forças soviéticas e do bloco capitalista, não se deflagrando uma guerra de fato. Todavia, os princípios aqui incubidos para estabelecer-se uma conexão entre a corrente realista e o desencadeamento dos fatos desse contexto histórico ainda valem.

Ademais, neste sentido, faz-se importante frisar que o autor conversa com conceitos estabelecidos por Morgenthau por dizer que existem componentes capazes de serem transformados em mecanismos de fortalecer (ARON, 2002, p. 72) seu próprio poder frente ao adversário, sendo estes a diplomacia e a estratégia. O primeiro, referente à interação com outros estados e o segundo ao poderio militar. Ambos conversam entre si, não sendo completamente opostos pelo fato de serem instrumentais para o exercício da política - a arte de “convencer” e a arte de “impor”. Aron irá dizer que o poder, ou potência, são formas de produzir ou destruir (ARON, 2002, p. 99), sendo impossível mensurar completamente sua extensão. No que diz respeito à política externa, o poder se relacionaria com a capacidade de concretizar os interesses de um estado, a partir do momento em que o autor define este, dentro da área das relações internacionais, como a capacidade de impor (ARON, 2002, p. 99) sua vontade. Diante da realidade bipolar (BANDEIRA, 2016) entre bloco soviético e bloco capitalista, totalmente opostos, a probabilidade de um conflito bélico direto dada a natureza desse embate seria quase

que certa. Porém, o embate ideológico e em termos de diplomacia se mostrou mais presente, pelo fato de que buscava-se estabelecer a própria soberania e um mundo ditado por esta.

Ao encerrar essa conexão entre preceitos fundamentais nas obras de Morgenthau e Aron, quero retomar a questão ideológica, tendo em vista que um dos objetivos últimos deste trabalho é analisar uma realidade internacional bipolar. Hans Morgenthau irá dizer no capítulo 8 de “Política entre as Nações” que é intrínseco à verdadeira natureza da política um embasamento ideológico, de maneira a justificar e embasar as atitudes tomadas. O poder de fato é despido de sua própria essência, escondido por detrás da retomada de princípios legais e éticos, a fim de disfarçar os verdadeiros motivos da prática política. Lido como algo plenamente ambíguo (MORGENTHAU, 2003, p. 177), o fato do ‘ser político’ considerar como inválidas quaisquer investidas no sentido da conquista de poder que não as suas conversa diretamente com o prenúncio da Guerra Fria - como o próprio autor constata - tendo em vista que tanto a então URSS quanto os EUA interpretaram que, a fim de proteger sua própria segurança, era necessário fazer o que fosse preciso, independente do caminho para tal. Além de questões já citadas, a ideologia apela para necessidades do povo, recorrendo a mobilização (MORGENTHAU, 2003, p. 178) do psicológico dos indivíduos a fim de construir um imaginário que esteja consonante com os objetivos de quem está instrumentalizando-a. É importante retomar a questão do status quo, a conservação do poder que já existe, um dos conceitos-chaves na obra de Morgenthau. O “inimigo vermelho”, a ideologia anticomunista (BANDEIRA, 2014, p. 155-156; CNV, 2014a, pág. 640), foram instrumentais para fosse propício um ambiente de “nós contra eles” na América, em especial, na América Latina. Visto isso, é importante retomar o conceito de equilíbrio de força bipolar, apontado por Aron. Por enxergar o poder como algo intrínseco à política externa, infere-se que este estar equilibrado obrigatoriamente estipula que as vontades de um estado não irão se transpor a de outro. Um sistema bipolar significa que, diante das diversas forças do cenário internacional, duas (ARON, pág. 205) se sobressaíam pelo fato de atraírem para si outros entes estatais.

A política externa estadunidense sofreu certo baque em 1961, com o fracasso da invasão da Baía dos Porcos (BANDEIRA, 2014; CNV, 2014a, p. 226). Já diante de uma Cuba comunista, Aqui mora outro ponto dos atritos nas relações diplomáticas, a serem melhor exploradas nas páginas seguintes, entre Brasil e Estados Unidos, pois não houve alinhamento brasileiro para que fosse formada uma frente conjunta para o conflito em Cuba. Tanto Eric Hobsbawm, em *A Era*

*dos Extremos*, quanto Moniz Bandeira, em *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul* definem o conflito indireto na América Latina como responsável (BANDEIRA, 2014; HOBBSAWM, p. 20) por uma mudança na composição de forças do continente.

Ora, se as mais diversas forças e composições de poder dentro do Brasil colocaram em xeque, principalmente a partir de premissas anticomunistas, a credibilidade de João Goulart como presidente da República, o alinhamento quase que imediato (CNV, 2014a, p. 97) do novo regime que se instalara em 1964 ao bloco capitalista não representa movimentação de cunho muito distinto. Morgenthau (2003) disse que o elemento ideológico era de suma importância para os Estados Unidos, frente às movimentações soviéticas nas Américas, estabelecer sua hegemonia perante o mundo e fortalecer-se (CNV, 2014a, p. 97; DREIFUSS, 1987, p. 27) em relação à URSS. Isso se fez efetivo através do apoio direto dos EUA de maneira logística - e ideológica - para a insurreição que ali iria se instaurar.

Ideológica porque, através da atuação direta (BANDEIRA, 2003, p. 378) da CIA, foi feito uma intensa preparação dentro das forças armadas de maneira a sustentar o regime, capacitando mecanismos para que fosse, caso necessário, fazer o espírito da ‘revolução’ ser ouvido. Anterior ao golpe, é construída a Escola Superior de Guerra (STEPAN, 1975, p. 127), diante da realidade da Segunda Guerra Mundial, seguindo os preceitos da versão estadunidense e que conferisse uma maior autonomia para as Forças Armadas em si, gerindo uma preocupação mais intensificada acerca da questão da segurança e do desenvolvimento nacionais. Oficializando-se no início da década de 1950, os artifícios elencados pelo General Golbery de Couto e Silva, principal teórico da instituição à época, reforçavam o anticomunismo (STEPAN, 1975, p. 132) presente no imediatismo do pós-guerra. Uma prova disso é a seguinte passagem, que se trata de um excerto de uma obra escrita por Golbery:

“O que é certo é que a maior probabilidade atualmente é de guerra limitada, (...) e acima de tudo de agressão comunista indireta, (...) A América Latina enfrenta, atualmente, ameaças mais reais do que em qualquer outro período, (...) tentativas para implantar... um governo favorável à ideologia comunista (...).” (STEPAN, 1975, p. 132)

Por mais que a ESG brasileira seguisse preceitos da escola dos EUA, no que diz respeito ao treinamento e a ideologia, civis estavam aptos a ingressarem. Aqui mora um ponto que denota a proximidade do projeto militar para com o poder público, dada a certa contradição na

construção da ESG, que indicava forte indício de uma articulação ampla em torno da retórica golpista. Além disso, os Estados Unidos financiaram diretamente (CNV, 2014a, p. 97) o IBAD, ponto que será melhor explorado no capítulo seguinte, e um aparato militar e bélico significativo (BANDEIRA, 2003, p. 378) para amparar quaisquer tentativas de resistência por parte de João Goulart no prenúncio de sua deposição.

### *3.1.2. Política Externa Brasileira*

Nos anos que antecederam o golpe civil-militar, a política externa de governos como os de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e Jânio Quadros (1961) foi decisiva para determinar a posição do Brasil não somente dentro do cenário internacional como também perante seu vizinho estadunidense. Ambos foram de suma importância para os rumos que a política brasileira tomaria nos anos seguintes, com o primeiro dando os primeiros passos em direção a uma política externa que procurava, de maneira austera, posicionar o Brasil de maneira independente dentro do cenário internacional.

Assim, faz-se necessário, dado a instrumental importância da Guerra Fria para o cenário internacional da época, explorar mais a fundo os laços entre Brasil e Estados Unidos, especialmente o frisson da OPA e da PEI, posturas referentes à Política Externa que tiveram como resultado políticas como a atitude de recusar empréstimos do FMI durante a gestão JK (BANDEIRA, 2014, p. 59). A política externa de JK caracterizou-se principalmente por um multilateralismo, marcado por ações de integração político-econômica com países americanos, na busca por um desenvolvimento político-econômico. Kubitschek vislumbrou a integração coordenada entre países americanos, cristalizada na figura da Operação Pan-Americana (OPA), formulada em 1958. Seu objetivo (CALDAS, 1995) era o fim do subdesenvolvimento, um dos propósitos impossibilitados devido a fragilização das relações de troca entre os países parceiros - principalmente entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, havendo grande disparidade de interesses entre estes e aqueles (CALDAS, 1995). Os anos finais do mandato de Juscelino Kubitschek (1958-1961) foram marcados por uma política externa pautada em estreitar laços com outras nações latino-americanas (através da Operação Pan-Americana, por exemplo), fazer frente ao problema do subdesenvolvimento em nações ainda atrasadas em sua industrialização (como o Brasil) e a adoção de uma postura neutra em relação a outras nações

ocidentais - buscando isentar-se de outras indisposições na fase turbulenta pela qual o sistema internacional passava: a Guerra Fria. Uma das questões chave para a política externa de JK também foi o rompimento com o FMI (CALDAS, 1995) e a recusa nas negociações para o pagamento da dívida externa.

Quando Jânio e Jango são eleitos no pleito de 1960, os três anos (1961-1964) referentes aos dois mandatos foram marcados pela chamada ‘Política Externa Independente’ - orientação que refletia os rumos mais independentes do Brasil no que tange à política externa em meados do século XX - fruto da gestão de JK e que vigorou de 1961 a 1964, caracterizando uma emancipação diplomática brasileira: “[Ela] constitui um projeto coerente, articulado e sistemático visando transformar a atuação internacional do Brasil.” Até então a diplomacia brasileira havia sido basicamente o reflexo da posição que o país ocupava no cenário mundial (VIZENTINI, 1994, p. 105). Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, em *História da política exterior do Brasil*, diferenciam a PEI da OPA: com um enfoque nacionalista para a relação Norte-Sul, o período foi marcado por uma política externa brasileira fundamentada em pragmatismo e autonomia nacional, em contraponto ao olhar hemisférico de seu antecessor e ampliando os horizontes de atuação da diplomacia brasileira. Pode-se entender a PEI por meio de diferentes análises da mesma realidade, dentre as quais figuram as interpretações política, econômica e social, tendo em mente o contexto da Guerra Fria, onde era pouco possível discordar da maior potência do ocidente, os Estados Unidos, sem gerar quaisquer constrangimentos em pelo menos um dos três prismas supracitados.

Do ponto de vista da diplomacia, estava contido na PEI um processo de inserção do Brasil no mundo, extrapolando diálogos meramente regionais. A atitude favorável à autodeterminação dos povos (VIZENTINI, 1994), pôde ser vista em consonância com a reação da diplomacia brasileira à hegemonia norte-americana. “A PEI, calcada no nacionalismo, não só ampliou a política de JK em termos de geografia, como também enfatizou as relações Norte Sul” (CERVO; BUENO, 2002, p. 332. No momento em que Jânio renuncia, a proximidade de João Goulart - vice-presidente - ao bloco socialista causa certo fulgor revolucionário nas forças armadas e no congresso, levando a instituição de um regime parlamentarista e relegando o presidente interino a funções limitadas. Nos momentos finais do mandato de Jango, nota-se uma ruptura com expectativas estadunidenses para com o Brasil e que o princípio de autodeterminação, tão ressaltado durante os anos em que a PEI foi praticada, acarretou em certo

distanciamento da nação tupiniquim para com os interesses (GASPARI, 2002a, p.. 57) do bloco capitalista, liderado pelos EUA.

Havia um nítido alinhamento ideológico ao bloco capitalista por parte das Forças Armadas, notado pela forma com a qual foi estruturada a ESG desde a década de 1940 (DREIFUSS, 1981, p. 79) ou pela perseguição de grupos e indivíduos com afeição pela União Soviética, questão que será mais explorada em capítulos seguintes e que denota o forte sentimento anticomunista. No que diz respeito ao Brasil, esse alinhamento influenciou as propostas para a sua política externa durante o regime militar. Utilizada como instrumento para respaldar as infrações a direitos humanos, fortalecendo tanto o regime em âmbito interno como passando a imagem ao cenário internacional de que a tortura e a exceção eram justificáveis (RORIZ, 2019) a diplomacia brasileira perdeu parte da autonomia que teve nos governos anteriores à ditadura.

### **3.2. Os Laços entre a Sociedade Civil e as Forças Armadas**

Fez-se necessário conquistar aliados antes e durante o regime militar para garantir o sucesso da investida e perpetuar ao máximo a estadia das Forças Armadas no poder. Anterior ao golpe de 1964, insurreições a fim de derrubar o ocupante (ou futuro) do poder executivo se tornaram rotineiras no Brasil, bem sucedidas ou não. O diferencial desse momento no tempo foi a soma de esforços de setores da sociedade civil em conluio com parte das Forças Armadas, sintetizando a forte demanda de grupos do empresariado, de grupos religiosos e de parte da mídia para que fosse imposta uma ordem regente que derrubasse o sistema

Em “Estranhas Catedrais”, tese de doutorado de Pedro Henrique Ferreira Campos, é analisado a fundo os diversos laços entre o setor da construção civil e a ditadura militar, percorrendo desde os trâmites burocráticos (CAMPOS, 2014, p. 133) até as consequências e desdobramentos da fiscalização mínima, quando não inexistente (CAMPOS, 2014, p. 355; 399) acerca das condições de trabalho e das irregularidades nas licitações e orçamentos. Os conglomerados que se propuseram a apoiar a chamada “revolução” tiveram seu alcance e poder de ditar opiniões e tendências ampliado, sendo responsáveis por veicular matérias e notícias divulgando os feitos e realizações do governo.

Um dos laços mais estreitos entre a sociedade brasileira e as Forças Armadas foi com o setor da Engenharia Civil. Construiu-se todo um microcosmos para sustentar o regime e coibir quaisquer frentes opositoras que ameaçassem sua hegemonia, fato este cristalizado não somente na relação supracitada como também no apoio (CAMPOS, 2014, p. 245) de veículos de comunicação, como foi o caso do grupo O Globo (família Marinho) e o Jornal do Brasil. Além disso, como consta em grande parte da bibliografia especializada sobre o assunto, o espírito autoritário e de interferência direta sobre a política não se iniciou a partir do momento da instabilidade e turbulência que culminou na “revolução” de 1964. Intensificando-se durante as crises sucessórias de 1955 e 1961, o exército teve papel decisivo nos rumos do país.

### **3.2.1. As Articulações da Elite em torno do Golpe**

Havia uma aproximação substancial entre as forças armadas e o poder desde as primeiras décadas do século XX (CNV, 2014b, p. 9). Nas décadas mais próximas ao golpe, essas movimentações foram se intensificando mais e mais, dando espaço para um protagonismo substancial desses agentes. Gaspari (2002a) apontou que, no advento do golpe, havia um efervescente sentimento dentro do Exército que julgava necessário alçar um vôo aquém de sua função naquele momento. Mesmo que já existisse durante as décadas de 1950 e 1960 essa constatação por parte das Forças Armadas, a conjuntura da época acabou fortalecendo os anseios da “revolução”. Tendo em vista o cenário internacional da época, levando em consideração a configuração de forças dentro da América Latina (BANDEIRA, 2014), o forte apoio de diversos setores da sociedade civil e do empresariado e, por fim, a forma como se deu o governo Jango, as intenções militares para com o poder consolidaram-se conforme o esperado.

“Desde 1964 o Brasil, por exemplo, tem sido considerado em grande parte como seguindo um modelo de desenvolvimento liberal de mecanismo de mercado. (...) A última década de domínio do mecanismo de mercado no Brasil levou assim não tão paradoxalmente a uma das épocas mais importantes de expansão do objetivo do poder do estado na história do Brasil.” (*apud* STEPAN, p. 33)

Faz-se pertinente resgatar o trabalho do argentino Guillermo O'Donnell, em especial a obra *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism: Studies in South American Politics*, para analisar como se deu a construção do estado autoritário brasileiro entre 1964 e 1985, a partir

do período populista que antecedeu a Ditadura Militar. O'Donnell nota que, a partir da crise de uma elite predominantemente agrária no início da década de 1930, surge a necessidade de mudar a composição produtiva da Argentina e do Brasil. O advento da industrialização foi responsável por modernizar rapidamente os dois países, ocasionando em uma ascensão do populismo (O'DONNELL, 1973, p. 54). A expansão rápida da indústria também fortaleceu, por consequência, movimentos nacionalistas, como maneira de fortalecer a consciência interna sobre o próprio país, questão cristalizada na figura dos líderes da época, como foi o caso de Getúlio Vargas. O autor pontua que foi propício, à luz dos acontecimentos da época, o surgimento de líderes que concilhassem o desenvolvimento econômico com políticas públicas também voltadas à maioria da população. René Armand Dreifuss (1987), em *1964: A Conquista do Estado*, irá se aprofundar nessa questão, dizendo que:

“Através do populismo, o Executivo procurava estabelecer um esquema de limitada mobilização política nacional das massas urbanas, baseado em uma estrutura sindical controlada pelo Estado (...)” (DREIFUSS, 1987, p. 27)

Ao pontuar essa questão, Dreifuss irá sintetizar a ideia de que pairava uma certa tensão no período populista, dada a natureza das forças de poder existentes no Brasil da época. Quando há uma “exaustão dos estágios fáceis da industrialização” (O'DONNELL, p. 57), a presença de empresas estrangeiras volta a crescer tanto na Argentina quanto no Brasil, denotando um crescimento industrial muito rápido e limitado. As especificidades do processo industrial desses países fomenta mudanças socioeconômicas substanciais como o aumento da inflação e o fortalecimento de atores políticos dispostos a manipular os interesses populares de acordo com suas próprias vontades (O'DONNELL, p. 68). Dreifuss irá completar esse pensamento, dizendo:

“Durante a presidência de Juscelino Kubitschek as companhias multinacionais conseguiram contornar os canais corporativistas, (...) bem como promover suas demandas gerais através de novas associações de pressão classista. Tal conciliação múltipla de interesses e pressões certificadas (...) não se repetiria (...).” (DREIFUSS, p. 125)

Essa passagem elucida a negociata em torno de perpetuar no poder interesses corporativistas, isto é, em nome de fomentar um ‘conjunto particular de políticas e disposições institucionais para estruturar a representação dos interesses’ (STEPAN, 1980, p. 71). A presidência de JK marcou uma era em que os ânimos estavam razoavelmente acalmados, corroborando uma certa calma - pode-se dizer - após o agitado início de década. Todavia, é diante dessa composição de forças que setores do empresariado aparecem como alguns dos

principais apoiadores do golpe, servindo de formadores de opinião pública (DREIFUSS, 1987, p. 229) para as grandes massas a fim de colocar em xeque a credibilidade do então presidente João Goulart. Quando a crise sucessória após a renúncia de Jânio se instaura, Dreifuss (1987) dirá que, no período de 1962 a 1964, uma “ação de classe organizada” irá mobilizar esforços para combater o “bloco histórico-populista”. No seio dessa configuração de forças, surge o complexo IPES/IBAD, respectivamente, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Ele era um dos responsáveis por tal ação, formulador de estratégias para manipular as classes trabalhadoras, majoritariamente organizadas em torno do projeto populista, trabalhista e de esquerda. Somou-se a isso também a prática de mobilizar as classes médias, conciliando suas reivindicações com o que estava sendo defendido por esse grupo hegemônico, somando-se ao terror anticomunista (DREIFUSS, 1987, p. 163; 230). Constrói-se uma força multilateral disposta a atender os interesses dessa elite, vocalizando os instrumentos de estratégia que acarretariam no golpe de 1964.

O IPES buscava passar a imagem de uma “organização de respeitáveis homens de negócio” (DREIFUSS, 1987, p. 163), cujo mundano objetivo era simplesmente analisar as reformas propostas por Jango sob uma ótica empresário-liberal. Por de trás, eram formuladas táticas de guerra psicológica e manipulação da opinião pública, construindo estratégias em torno da ideologia que se queria fazer presente na população. Complementar à ação do IPES, o IBAD seria o responsável por uma unidade tática (DREIFUSS, 1987, p. 164), com visibilidade bem reduzida em razão de sua atuação secreta. Constrói-se uma entidade partidária e cuja maior luta seria opor o Executivo reformista, que abarcou as forças populares e sociais e representava sua grande oposição política - tornando-se o responsável pela campanha política e ideológica da burguesia. Política pois essa elite buscava instalar-se no poder do Estado e consolidar mecanismos que favorecem seus interesses (DREIFUSS, 1987, p. 281) e ideológica porque formulou-se uma ação doutrinária intensa sob diversos aspectos da sociedade (DREIFUSS, 1987, p. 231), em especial a partir da mídia, para que os interesses dessa direita escusa e contrária ao bloco populista que já mantivera-se no poder há mais de 20 anos.

### 3.2.2. 31 de Março de 1964

Os militares, que já estavam há certo tempo vislumbrando seu ingresso no poder (CNVa, 2014, p. 88; GASPARIA, p. 45-46), ingressam nessa iniciativa, aumentando o expoente de oficiais para a ação contrária ao governo (DREIFUSS, 1987, p. 362) e somando esforços a intensa atividade civil, de maneira a ‘neutralizar o dispositivo popular de João Goulart’ (DREIFUSS, 1987, p. 362). O General Golbery de Couto e Silva, por sinal, teve participação ativa no IPES. É importante frisar, novamente, que essa atitude não era muito estranha às Forças Armadas, especialmente tendo em vista a composição de setores desta ao longo das décadas anteriores a 64, algo explorado em capítulos anteriores.

Ademais, antes de apontar as particularidades com as quais o setor da engenharia civil e certos grupos da população contribuíram para a ditadura militar, é necessário concluir o raciocínio em torno do golpe. O mandato de João Goulart, que aconteceu em um momento de uma séria crise econômica, social e política - especialmente pela chamada crise do populismo (DREIFUSS, 1987, p. 136) - encaminhou-se de maneira tortuosa e cheia de obstáculos. Diante de uma realidade parlamentarista durante quase dois anos, Jango é devidamente empossado através da forte atuação Campanha pela Legalidade (CNV, 2014a, p. 94-96), por meio de um plebiscito. Porém, a caótica situação do poder político torna-se ainda mais aparente. A tomada do poder pelas forças armadas consolidou-se a partir de uma ampla mobilização popular no ano de 1964. Deflagrada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade (SETEMY, 2008), em 19 de Março, e o discurso acalorado (STEPAN, 1975, p. 140-141) do presidente no comício na estação Central do Brasil, RJ, no dia 13, a já maçante crise econômica e política parecia ter atingido o seu estopim.

“Hoje eu vou correr todos os riscos. O máximo que me pode acontecer é ser deposto. Não renunciarei nem me suicidarei. (...) Apenas estou imaginando o pior que pode me acontecer, depois de minha decisão de promover as reformas (...). E o que todos verão hoje [no comício] é que o povo mudou. Eles despertaram, estão maduros para os grandes problemas do país.” (STEPAN, 1975, p. 140)

As reformas em questão eram um pacote de medidas de cunho nacionalista e procurando, de certa forma, mobilizar as massas em torno da figura do presidente e reforçando seu mandato. Jango vislumbrou as reformas de base diante de um país em que as tensões estavam cada vez mais elevadas, com embates diretos entre as Forças Armadas e o governo (CNV, 2014a, p. 97;

STEPAN, 1975, p. 139). Porém, a oposição massiva entende seu discurso na estação como um disparate, transparecendo (STEPAN, 1975; GASPARI, 2002a). a impressão de que um golpe, de teor socialista, estava a caminho. Em 31 de Março de 1964, inicia-se a deposição de Jango, enfim concluída em 9 de Abril daquele ano. Sem resistência por parte do ex-vice-presidente de Jânio, inicia-se a ditadura militar.

### 3.2.3. *As Empreiteiras e a Ditadura Militar*

A relação íntima entre a Ditadura Militar e o setor da engenharia civil foi substancial não somente para a expansão dessa indústria como também para amparar a validade do projeto “revolucionário”. Faz-se necessário dar um enfoque maior para esse setor da sociedade pela maneira intensa como um complementava o outro, e o extenso legado que essa relação teve ao longo das décadas, tendo em vista o alcance com o qual algumas das empresas envolvidas obtiveram. Campos (2014) irá adentrar um pouco mais a fundo dentro dessa questão, e as ilustres “estranhas catedrais” (CAMPOS, 2014, p. 367). O autor pontuou a maneira com a qual, partindo do fato de que a imprensa estava amordaçada, a sociedade recebia somente informações dos interesses dos militares, algo reforçado pelo fato de outras instituições estarem alinhadas à ditadura.

Os laços estreitos entre o estado brasileiro e o setor empresarial, em especial o das empresas de construção civil, floresceram a partir do mandato de Juscelino Kubitschek, e os investimentos maciços no setor de energia e transportes previstos no chamado Plano de Metas. A partir dos anos 1960, nota-se a acentuada modernização pela qual a sociedade brasileira passou, que significou uma demanda maior para obras e a necessidade de uma nova infraestrutura. Surge nessa época a retórica “rodoviarista” (CAMPOS, 2014, p. 208), intrinsecamente ligada ao discurso desenvolvimentista e favorecendo ainda mais a expansão do setor da construção civil, por pontuar a necessidade de expandir o setor rodoviário em detrimento de outros modais de transporte. O alinhamento quase que automático de grande parte das empreiteiras foi marcado por um período próspero para ambos os lados (o chamado milagre econômico, que perdurou de 1967 até 1973) e a cisão durante a década de setenta. Houve um protagonismo significativo por parte dos clubes, institutos e sociedades de engenharia a respeito das diretrizes a serem seguidas sobre o setor de infraestrutura dentro da ditadura militar, influenciando diretamente nos rumos a

serem seguidos, como foi caso da campanha para a engenharia nacional, encabeçada pelo Clube da Engenharia do RJ; e, por contrapartida, a remessa de recursos volumosos às construtoras aliadas - em especial a Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Odebrecht e Cetenco (CAMPOS, 2014, p. 121). Dadas as condições favoráveis e a intensa demanda, esse setor se consolida como grande grupo econômico durante o período, com protagonismo a âmbito nacional e expansão para outros países.

Por contrapartida, parte significativa do setor manteve, quando não deliberadamente a apoiou, silêncio e poucas críticas ao aparato de repressão e tortura dos militares, optando pela neutralidade. O SINICON exemplificava essa relação, aproximando-se por exemplo de Mário Andreazza, ministro dos transportes nas gestões Costa e Silva e Médici e demonstrando como, desde sua formação, ele estava destinado a atuar junto ao Estado. Andreazza foi duramente acusado de corrupção e atividades ilegais, chegando a deixar o governo durante o mandato de Ernesto Geisel e causar um choque entre o governo e o setor da construção pesada. À medida em que a ditadura militar foi caminhando para seu fim, o sindicato permaneceu mantendo laços próximos ao legislativo, perpetuando sua influência durante o período de abertura política e funcionando como uma espécie de “partido” dos empreiteiros. Também é importante citar a FIESP, que demonstrou o protagonismo desse setor nas eleições e por sua política interna; o periódico *O Empreiteiro*, que foi peça fundamental para a criação da imagem ilibada, e elementar para o progresso do país, da construção civil; e os jornais *Correio da Manhã*, a princípio favorável ao golpe, e o *Jornal da Manhã*, eventualmente amordaçados pelo regime por seu viés crítico e adquiridos por empreiteiros.

Além do ministro Andreazza, uma das figuras mais emblemáticas na relação entre a ditadura militar e setores da economia foi Antônio Delfim Netto. Indicado para ser ministro da Fazenda para a gestão Costa e Silva, foi o grande responsável pelo chamado “Milagre Econômico”, período de desenvolvimento significativo para o país. Campos irá chamar as políticas e diretrizes criadas por Delfim de “delfinato”, ou até mesmo de “ditadura da burguesia industrial paulista” (CAMPOS, 2014, p. 339). Por ter controle significativo sobre a economia, além do Brasil ter registrado bons resultados macroeconômicos e baixos índices de desemprego,

Delfim era uma figura de muita influência durante o regime militar e usou esse poder para favorecer as grandes indústrias brasileiras. Um reflexo desses laços estreitos entre o regime e o setor empresarial foi o Decreto no. 64345, promulgado pelo presidente Costa e Silva no início de 1969 a fim de proibir que empresas estrangeiras participassem de obras públicas (CAMPOS, 2014, p. 342).

Partindo desse vínculo entre empreiteiras e a ditadura, surgem os grandes projetos da engenharia da ditadura, as “estranhas catedrais” (BUARQUE apud CAMPOS, pág. 367). Obras como a hidrelétrica de Itaipu ou a não concluída Transamazônica, criticada por não haver uma nítida necessidade para tal, viraram peça chave para a propaganda da chamada “revolução”, reforçando a retórica de que era de suma importância que o regime perdurasse dado seus grandes feitos nesse sentido. As obras “faraônicas” foram sujeitas à duras críticas pelas denúncias e indícios de corrupção (CAMPOS, 2014, p. 379), o questionamento em torno do aproveitamento e função (CAMPOS, 2014, p. 368) e a qualidade do serviço,

#### 3.2.4. *A Moral e os Bons Costumes*

Além do empresariado e de frações das forças armadas, outros grupos se mostraram favoráveis ao golpe desde antes da ditadura se instaurar de fato. Adrianna Cristina Lopes Sotemy, em *Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar*, irá pontuar que o apoio sistemático de diversos grupos da sociedade fez-se de maneira intensa, e contribuiu significativamente para que Jango fosse deposto, e pela consolidação do subsequente regime militar. Tendo em vista isso, é importante apontar que a questão religiosa foi de suma importância para a deposição do

presidente, dada a amplitude com a qual as manifestações da retórica cristã embasaram (SOTEMY, 2008) não só decisões por parte do aparato repressor (CNV, 2014a, p. 192) como também reivindicações populares.

A chamada “moral e os bons costumes”, defendida arduamente por setores mais conservadores da população brasileira, vociferou-se antes mesmo do golpe. O que fosse interpretado como divergente à norma cristã, fosse por quaisquer razões, era duramente combatido. Um acontecimento importante nesse sentido foi uma das chamadas “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, ocorrida em 19 de Março de 1964, uma forte demonstração de poder desse pensamento dominante.

“Antes do golpe de 1964, as “Marchas da Família, com Deus pela Liberdade”, majoritariamente organizadas e conduzidas pelo clero e por entidades femininas compostas por mulheres da classe média, se traduziram em importantes atos de defesa intransigente de rigorosos valores morais, que estavam sendo colocados em jogo tanto pela suposta “ameaça comunista”, representada na figura de João Goulart, como pelas transformações que se operam nos padrões comportamentais, especialmente no que se referia à sexualidade e à organização da instituição familiar. Passado o golpe, essas mesmas mulheres, as chamadas “marchadeiras”, deram continuidade à sua “cruzada” em defesa da moral e dos bons costumes, tendo em mente salvar a sociedade brasileira dos abusos introduzidos pelas novelas, filmes, músicas e publicações (...)”

(SOTEMY, 2008, p. 177-178)

Outro movimento importante contrário ao governo de João Goulart foi o da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), também de orientação católica e que dizia-se contra a “reforma agrária socialista e confiscatória” (SOTEMY, 2018, p. 178) que o presidente queria realizar. Outro ponto importante é que a TFP era contrária ao que percebia como “comunização” não somente da sociedade como também do clero, registrando que havia uma divisão dentro desse grupo quanto a apoiar ou não a Ditadura, dada a perseguição à freis que integravam movimentos opositores ao regime. Sotemy também irá citar a Doutrina de Segurança Nacional, a ser explorada melhor no capítulo seguinte, e que procurava coibir a chamada “ameaça comunista”, cristalizando na legislação da época a grande vociferação popular que temia a imposição de um regime diretamente alinhado com a URSS, denotando a perpetuação desse imaginário pelas camadas sociais.

### 3.3. A Repressão e as Múltiplas Infrações a Direitos Humanos ao longo dos 21 anos de Regime Militar (1964-1985)

Uma das conclusões ao analisar os instrumentos de repressão e as infrações a direitos humanos durante os 21 anos de regime militar é a de como os opositores foram sistematicamente censurados e/ou perseguidos. Há uma vasta bibliografia que busca explorar a fundo os diversos mecanismos e articulações que culminaram naquele fatídico 31 de Março de 1964 e a perpetuação das Forças Armadas no poder mas, dada a natureza de como os fatos são dispostos, elenquei, além de documentos complementares, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV); parte da coleção emblemática *As Ilusões Armadas*, escrita pelo jornalista Elio Gaspari, e a obra *Brasil: Nunca Mais*, um projeto de pesquisa constituído por quase vinte anos dos autos de processos que transitaram pelo Superior Tribunal Militar (STM).

Émile Durkheim, em *O que é fato social?*, irá dizer que existem fenômenos relativos à vida em sociedade que tem um viés “imperativo e coercitivo” (DURKHEIM, p. 47), isto é, capazes de ditar formas de se pensar e agir pertinentes ao indivíduo, criando maneiras coletivas de influenciar e ditar o que acontece de forma coercitiva, agindo de maneira violenta ou não. O que o autor designaria como fato social é identificável justamente por ser dotado dessa característica, agindo de maneira a coibir qualquer resistência do indivíduo que o viole. Faz-se então importante ressaltar que o uso sistemático da máquina do estado para reprimir a oposição e manter a opinião pública aliada ao regime e sua retórica não aconteceu abruptamente, sendo construído ao longo das duas décadas pelas quais perdurou. Para tal, mecanismos diferentes foram construídos ao longo do regime para fortalecê-lo, fortificando o discurso “legalista” (RORIZ, 2019; CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1967) - isto é, de maneira a buscar respaldo legal (SOTEMY, 2018, p. 184) para o que fosse visto como necessário para honrar os ideais ditos como revolucionários.

“(…) uma nova Constituição, que, a par da unidade e harmonia, representa a institucionalização dos ideais e princípios que a inspiram.”

Castello Branco em mensagem enviada para o Congresso no advento da Constituição de 1967

No caminho dessa busca por amparar as práticas repressoras em dispositivos da lei, outro mecanismo importante da Ditadura Militar foram os decretos-lei. Anteriormente utilizados na ditadura do Estado Novo, entre 1937 e 1945, (CNV, 2014a, p. 100), estes foram retomados a partir do AI-2 e oficializados na Constituição Federal de 1967 (CNV, 2014a, p. 100). O Decreto-lei de nº314, também conhecido como Lei de Segurança Nacional e calçado na constituição de 1967, foi responsável tanto por combater a chamada “subversão” quanto por formular legalmente diretrizes que simbolizavam no cenário internacional que fez-se necessário fomentar um regime de exceção (RORIZ, 2019). Consta nesse decreto quais seriam os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e normas referentes a como atuar diante dessas situações, incluindo as penas para cada caso.

“Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

Art. 13. Promover ou manter, em território nacional, serviço de espionagem em proveito de país estrangeiro ou de organização subversiva.” (Decreto Lei nº 314)

A segunda e terceiras reedições desta lei, logo após a implantação do AI-5, demarcando os chamados “anos de chumbo” (GASPARI, 2014), recrudesceram as diretrizes anteriores, a saber:

“Art. 5º Ficam sujeitos ao presente decreto-lei, embora cometidos no estrangeiro os crimes que, mesmo parcialmente, produziram ou deviam produzir seu resultado no território nacional.

Art. 6º Aplica-se este (sic) Decreto-lei ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, ressalvadas as disposições de convenções, tratados e regras de direito internacional.”

(Lei de Segurança Nacional, 1969)

A ideia de subversão contida na lei de Segurança Nacional da época consistia em crimes que atentassem diretamente, ou não, contra a soberania do país - desde o sentido literal da palavra, como atentados ou homicídios, ou figurativo, como a divulgação de informações “deturpadas” ou “truncadas” que indispussem a população com as autoridades. É importante frisar que não há muita clareza no que diz respeito ao que de fato seria subversivo, mas, como será abordado no capítulo seguinte, o entendimento desses conceitos estará diretamente ligado com a oposição de diversas formas ao regime.

Para completar o raciocínio em torno da forma como a lei foi usada para amparar as múltiplas infrações à direitos humanos por parte do aparato repressor, é importante concluir o quê a Constituição Federal de 1967 teve de aporte legal no que tange à censura e a brechas para que quaisquer procedimentos que fossem julgados como pertinentes contra opositores fossem tomados. Consta nos artigos nº 8 e nº 10, por exemplo, que compete à União a “censura de diversões públicas” e a intervenção, a fim de “manter a integridade nacional” nos Estados.

“Art. 8º Compete à União:

(...)

VII – organizar e manter a polícia federal com a finalidade de prover:

d) a censura de diversões públicas;

Art. 10. A União não intervirá nos Estados, salvo para:

I – manter a integridade nacional;

(...)”

(Constituição Federal de 1967)

Outro dos grandes marcos legais da institucionalização da repressão e da tortura foi o Ato Institucional de número 5, promulgado em 13 de Dezembro de 1968. Responsável por recrudesceu o regime militar, dando início ao que seria chamado de “Anos de Chumbo”, consta no mesmo a reivindicação dos ideais da chamada “revolução” de 1964, logo na primeira página, através da necessidade de combater a “subversão e as ideologias contrárias às tradições de nosso povo” (AI-5, 1968, p. 1).

A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, ou CEMDP, foi um dos primeiros (CNV, 2014a, p. 25) marcos em torno de investigar e apurar os assassinatos e desaparecimentos de cunho político - em especial, aqueles ocorridos entre 1961, diante de uma crise política e institucional grave, e 1979, ano em que foi promulgada a Lei de Anistia, responsável por anistiar ampla e irrestritamente quaisquer responsáveis por crimes durante a ditadura militar até então. Instituída pela Lei nº 9.140, de 1995, ela tornou-se responsável por amparar e assistir aos familiares e pessoas mais próximas de vítimas do regime militar respaldo sobre a responsabilidade do Estado brasileiro sobre desaparecimentos, assassinatos e tortura - conferindo ressarcimentos, as vezes simbólicos, a essas pessoas, como pensões em dinheiro ou o

reconhecimento da culpa por parte de agentes públicos sobre a morte ou a violência que perseguidos políticos sofreram, como o assassinato (CNV, 2014c, p. 367) de Carlos Marighella, por exemplo.

É importante ressaltar o trabalho de dois grupos de trabalho da Comissão, pela natureza do seu objeto de investigação: o Grupo de Trabalho do Araguaia, responsável por investigar os restos mortais de desaparecidos políticos que participaram da Guerrilha do Araguaia; e o Grupo, no cemitério clandestino de Perus.

### 3.3.1. *A Política Externa como instrumento de validação do aparato repressor*

Em meados da década de 1960, as denúncias de infrações a direitos humanos por parte da Ditadura Militar ganham proporção internacional (AMNESTY INTERNATIONAL, 1974, p. 1) e são encaminhadas para a ONU, dada a forma como se intensificou a atuação do aparato repressor. A ONG *Amnesty International*, por meio do documento *Report on allegations of torture in Brazil*, apresentou uma multiplicidade de fatores e questões referentes a conjuntura do país desde 1964, e como, em especial a tortura, os opositores ao regime vinham sendo tratados no período de Dezembro de 1968 até Julho de 1972. A partir de materiais disponíveis nos Estados Unidos e na Europa, devido a total recusa por parte do Brasil em permitir a atuação da Anistia Internacional e da OEA em solo brasileiro, foram selecionadas fontes que conferissem o máximo de imparcialidade ao documento. A ideia por detrás dessa rejeição em permitir com que a Anistia atuasse no país constava na primeira edição da Lei de Segurança Nacional, ou Decreto-Lei nº 314, no art. 13 que divulgar certas informações seria “promover ou manter, em território nacional, serviço de espionagem (...) ou de organização subversiva”, e, no parágrafo 2, “(...) comunicar a potência estrangeira, organização subversiva ou a seus agentes ou, em geral, a pessoa não autorizada, documentos, planos ou instruções classificados como sigilosos por interessarem à segurança nacional.”

Como é apontado, a riqueza e a precisão de detalhes, e o grande volume de denúncias, foram fundamentais para corroborar a veracidade do que estava sendo apontado e, conseqüentemente, para a decisão da Anistia Internacional em seguir com a iniciativa de encaminhar a denúncia à ONU. Consta no dossiê da Anistia as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, promulgada no contexto do Ato Institucional de no. 5; o endossamento da

expulsão de indivíduos “indesejáveis” a partir de critérios ideológicos, incluso no AI-13; o AI-5 e o cerceamento de liberdades individuais; os métodos e procedimentos por parte do aparato repressivo, em especial a partir da atuação da polícia militar; e, a fim de contextualizar as denúncias de tortura contidas no documento, um inquérito com o depoimento de onze prisioneiros políticos.

O estado brasileiro, ciente dessas movimentações desde que a embaixada em Londres foi acionada, passou a tomar uma postura mais assertiva (RORIZ, 2019, p. 118) sobre o assunto, mobilizando forças para evitar a possibilidade do Brasil ser condenado pela CDH e reiterando a chamada abertura “lenta, gradual e segura” (GASPARI, 2002b). Como ainda se tratava de um dos primeiros casos do tipo a ser analisado, não se tinha certeza (RORIZ, 2019, p. 116) sobre como abordá-lo. As ferramentas e mecanismos existentes ainda eram novos, e não estavam consolidados. Além disso, a forma implacável com a qual a diplomacia lidou com o dossiê da Anistia Internacional, mesmo que pertinente ao âmbito das relações exteriores, não somente contribuiu para o arquivamento do caso como também reforçou a retórica de Geisel para os rumos da política brasileira. Criou-se, perante a ONU, a imagem de que o Brasil estava comprometido (RORIZ, 2019, p. 123) com os direitos humanos - corroborada pelo ingresso do país como um dos membros da CDH após intensa movimentação diplomática para tal. Em *Political Institutions and Human Rights: Why Dictatorships Enter into the United Nations Convention Against Torture*, o autor James Vreeland irá elucidar esse espírito legalista, no que tange ao contexto da política externa, ao apontar que regimes ditatoriais têm maior tendência a ingressar na Convenção Contra a Tortura da ONU, estendendo a prática a nível doméstico para as relações exteriores (VREELAND, 2008, p. 94)

### 3.3.2. *Repressão, Mortos e Desaparecidos*

“As experiências que desejo relatar no frontispício desta obra pretendem reforçar a ideia subjacente em todos os capítulos, a saber, que a tortura, além de desumana, é o meio mais inadequado para levar-nos a descobrir a verdade e chegar à paz. (...). Quem repete a tortura quatro ou mais vezes se bestializa, sente prazer físico e psíquico tamanho que é capaz de torturar até as pessoas mais delicadas da própria família!”

Parte do prefácio de Brasil: Nunca Mais escrito pelo Dom Cardeal Paulo Evaristo Arns

A repressão tornou-se prática costumeira desde o início do regime militar, formalizada no momento em que se impôs o Ato Institucional nº 2, responsável pelo fim de todos os partidos políticos e a instauração de eleições indiretas para presidente e governadores (CNV, 2014a, p. 99). A partir desse cerceamento da escolha democrática, a oposição ao regime militar, qualquer natureza fosse, passa a ser mais duramente combatida. Exílios, prisões arbitrárias e, em uma escalada rápida de violência, tortura (BRASIL, 1986, p. 203), viraram alicerces para reagir a manifestações contrárias à Ditadura. O viés anticomunista e pró-EUA se mostrou presente em parte significativa dessas infrações a direitos humanos, a partir da concepção de subversividade atrelada às perseguições amparadas legalmente pelos Atos Institucionais e alguns decretos-leis. O conceito de subversão serviu de alicerce para muitas das arbitrariedades cometidas por órgãos como o DOPS e o DOI-CODI, responsáveis por grande parte (BRASIL, 1986, p. 73) das infrações a direitos humanos.

No seio da implantação do golpe, surge o Serviço Nacional de Informações, ou SNI. Encabeçado pelo general Golbery do Couto e Silva, ele foi criado como uma espécie de “FBI”, funcionando “a interesse da segurança nacional” (GASPARI, 2002, p. 154). Gaspari dirá que o órgão atuou com gravações de sujeitos de interesse, facilitando negociações com o congresso e coletando informações que pudessem ser úteis para os interesses das forças no poder. Em seu auge, o “ministério do silêncio” (GASPARI, 2002, p. 163) dispunha de mais de 200 mil metros de gramado, 350 funcionários e figurava em um dos dez mais completos serviços de informações mundiais à época. Outras de suas funções foram decidir governadores durante o governo Médici - por sinal um dos chefes do SNI antes de assumir a presidência, pautar a pacificação de conflitos em terras indígenas e, após a abertura democrática dar seus primeiros sinais, desencadear atos terroristas (GASPARI, 2002, p. 170). A partir dessa ideia de mobilizar a opinião pública e fazer o que fosse necessário para inibir a oposição, ganham força os chamados “porões” da ditadura, onde inúmeros interrogatórios e práticas de tortura ocorreram. Dentro desse contexto, é fomentada a criação da OBAN, ou Operação Bandeirantes. Financiada (BRASIL, 1986, p. 73) diretamente por multinacionais como a Ford e a General Motors. Foi uma iniciativa encabeçada majoritariamente por membros das Forças Armadas alinhados a setores da Polícia, funcionando sem qualquer embasamento legal e tendo assim impunidade, pois era necessário “lutar contra a subversão” (BRASIL, 1986, p. 73).

Alguns dos desdobramentos da OBAN foi o surgimento do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna, ou DOI-CODI - e os DOPS - Departamento de Ordem Política e Social. Ao contrário da OBAN, fomenta-se um embasamento legal em torno de sua atuação, de maneira a facilitar sua atuação autônoma em diversas esferas - desde investigações até assassinatos, como consta em inúmeras torturas de sobreviventes e pessoas mais próximas destes (BRASIL, 1986, p. 74). Mais especificamente em São Paulo, surge o DOPS. Ele funcionou como um concorrente direto à atuação dos DOI-CODI, cristalizado principalmente na figura do delegado Sérgio Paranhos Fleury, rotineiramente mencionado nas denúncias que tornaram-se possíveis a partir do processo de distensão política. A atuação de Fleury dentro do DOPS converteu-se rapidamente em um processo ainda mais aquém das leis, quando ele passa a integrar os “esquadrões da morte”, cujo objetivo seria executar criminosos comuns mas rapidamente demonstra sua arbitrariedade por agir contra indivíduos sem qualquer precedente criminal (BRASIL, 1986, p. 73).

Os métodos de tortura eram dos mais variados. Fosse contra algum membro de movimentos de extrema esquerda - como o filho da estilista Zuzu Angel, Stuart Angel Jones (CNV, 2014c, p. 598) - ou alguém que fosse filiado ao PCB, como o jornalista Vladimir Herzog (CNV, 2014c, p. 1623; 1796) - torna-se prática fundamental para a coleta de informações e também forma de intimidação. Estrangulamento, estupros, terrorismo psicológico e até mesmo o envolvimento de crianças, como filhos das vítimas, tornaram-se muito comuns a fim de coletar informações. No caso de Stuart, sua total recusa (CNV, 2014c, p. 599) em delatar o paradeiro de Carlos Lamarca, também membro do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) foi o que acarretou em seu sequestro, e eventual assassinato, nas dependências da Base Aérea da Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Barbaramente torturado, conforme depoimentos coletados pela CNV, estima-se que sua morte ocorreu em meados do ano de 1971, após seu desaparecimento no dia 17 de Maio. Em uma busca intensa pelo paradeiro de seu filho, a mãe de Stuart, a estilista Zuleika Angel Jones - ou Zuzu - também foi assassinada. Mesmo que não fizesse parte de nenhuma organização política, o simples fato de ter lutado para descobrir o paradeiro de Stuart (CNV, 2014c, p. 1837) resultou em sua morte pelas mãos de agentes políticos.

Intimado a prestar informações sobre provável aderência ao Partido Comunista Brasileira (CNV, 2014c, p. 1794), Herzog se encaminhou por vontade própria ao DOI-CODI do II Exército em 25 de Outubro de 1975, onde seria assassinado no mesmo dia. Com a causa da morte dada

como suicídio, as condições com as quais seu corpo fora encontrado - e, inclusive, com registro em imagem divulgados para corroborar a versão de que havia tirado a própria vida - incitaram duras críticas e agitaram a opinião pública da época. Relatório posterior da CNV (2014, p. 1796) indicou que Herzog foi estrangulado, dada a existência de “marcas distintas” na região de sua cervical, e a cena da morte foi forjada logo em seguinte - pois não havia, naquelas circunstâncias, espaço hábil para que o jornalista tivesse cometido suicídio. A partir do processo requerido por sua esposa à CEMDP em abril de 1996, a União acabou sendo formalmente responsabilizada pelo assassinato do jornalista em 2013.

“O que eu quero é que a Justiça do meu país reconheça oficialmente que eu fui sequestrada, mantida em cárcere privado, estuprada três vezes por agentes públicos federais pagos com o dinheiro do povo brasileiro.”

Inês Etienne Romeu em um dos depoimentos que compõem o relatório nº1 da CNV

Grande parte das acareações de vítimas do regime militar envolveu um grau diferenciado de tortura psicológica, como foi o caso da militante Inês Etienne Romeu e da família Teles. Inês foi encaminhada à chamada “casa de Petrópolis” onde foi severamente submetida a sevícias físicas, psicológicas e morais (BRASIL, 1986, p. 241; CNVa, 2014, p. 421), como abusos sexuais e ser submetida ao pau de arara, uma barra de ferro que era atravessada entre os braços amarrados e os joelhos (BRASIL, 1986, p. 34). Maria Amélia de Almeida Teles, a Amelinha, também foi torturada por forças do estado, sendo uma das vítimas da OBAN. Conforme testemunho da própria para a CNV em 25 de Março de 2013, os filhos, ainda crianças, presenciaram abusos sexuais perpetrados contra a mãe:

“Tive os meus filhos sequestrados e levados para sala de tortura (...) A Janaina com cinco anos e o Edson, com quatro anos de idade. [...] Inclusive, eu sofri uma violência, ou várias violências sexuais. Os homens também ficavam nus, com vários homens dentro da sala, levando choques pelo corpo todo. Inclusive na vagina, no ânus, nos mamilos, nos ouvidos. E os meus filhos me viram dessa forma. Eu urinada, com fezes. Enfim, o meu filho chegou para mim e disse: “Mãe, por que você ficou azul e o pai ficou verde?”. O pai estava saindo do estado de coma e eu estava azul de (...) tantos hematomas no corpo.”

#### 4. CONCLUSÃO

Por mais que os primeiros indícios dessa relação sejam datados do início do século XX, os laços estreitos entre as Forças Armadas e o estado brasileiro perduram até os dias de hoje. Após quatro anos de um governo com uma retórica militarista muito forte, o Brasil em 2022 parece ter dificuldade em lembrar de seu passado recente, voltando a flertar com um regime arbitrário e antidemocrático. As premissas anticomunistas, que serviram de substrato para a luta contra a ascensão de um projeto trabalhista, voltado às classes sociais mais necessitadas na ebulição de um país em recente processo de industrialização, ainda ressoam no país atual, mais de meio século depois de Jango ser deposto. É importante retomar as articulações e caminhos que desencadearam em vinte e um anos de Ditadura, levando em consideração a influência direta do contexto da Guerra Fria no Brasil da época, aliada a conjuração de diversas forças em torno do golpe de Estado, e como esse imaginário ainda paira sobre a sociedade dos dias de hoje.

Muito além de qualquer obra, relato ou documento citado ao longo desse trabalho, elucidados para gerar as conclusões chegadas nos capítulos anteriores, é importante manter em mente os desdobramentos e o legado de um regime militar que banalizou a exceção, a censura e a violência em nome de relés dissidências políticas com os chefes do executivo pré-1964. A normatização de usurpar o poder político para atender a demanda de seletos grupos da sociedade, instrumentalizando as Forças Armadas para criar um projeto de Estado totalitário, não condiz com as necessidades reais da população, que requer políticas públicas efetivamente funcionais, ainda mais depois de dois anos de pandemia.

A bagagem que me foi oferecida ao longo do curso de Relações Internacionais, somada a imensurável oportunidade que me foi dada para construir este trabalho, especialmente no que tange aos conhecimentos denotados ao longo de sua confecção, foi fruto de toda uma história que perpassa à minha história pessoal. Qualquer indivíduo que foi perseguido, censurado ou vítima de violência durante as mais de duas décadas de Ditadura Militar contribuiu - direta ou indiretamente - para que fosse suscitado um ambiente mais propício para discussões políticas e sociais, não somente extensamente desenvolvido quanto também democrático.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, Raymond. **Paz e Guerra Entre As Nações**. Caps. 1, 2 e 5. Coleção Clássicos IPRI, Editora Universidade de Brasília, São Paulo, 2002.

**Brasil: Nunca mais. Um Relato para A História**. Editora Vozes, Petrópolis. 1986.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Desordem Mundial: o Espectro da Total Dominação**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2021, 6ª edição. Caps. 2 e 7.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul**. Editora Revan, Rio de Janeiro, 2003, 2ª edição, Caps. X, XI, XIV, XV e XVI.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil-Estados Unidos: A Rivalidade Emergente (1950-1988)**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2014, 3ª edição, Caps. XIV, XV e XVI.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório. Volume I. Brasília: CNV, 2014. Caps. I, Disponível em: <[http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf)>

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório. Volume II. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <[http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_2\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf)>

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório. Volume III. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <[http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_3\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf)>

BRASIL. **DECRETO-LEI No. 314, DE 13 DE MARÇO DE 1967**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0314impressao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0314impressao.htm)>

BRASIL. **DECRETO-LEI No. 898, DE 29 SETEMBRO DE 1969**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0898.htmimpressao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0898.htmimpressao.htm)>

CALDAS, Ricardo Wahrendorff. **As relações multilaterais no contexto interamericano**. Editora Thesaurus, 1995.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar (1964-1988)**. Editora Eduff. 2017. Caps. 1, 3 e 4.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Editora Petrópolis, 1987. 5ª Edição. Caps. I, III, IV, VI, VI, VII, VIII e IX.

DURKHEIM, Émile. **Divisões da Sociologia: as ciências sociais particulares**. IN: José Coleção “Grandes Cientistas Sociais”. Albertino Rodrigues (Org.) – Durkheim, 9ª edição, Editora Ática, 2000, São Paulo

GASPARI, Elio. **As Ilusões Armadas pt. I: A Ditadura Envergonhada**. Companhia das Letras, São Paulo, 2002.

GASPARI, Elio. **As Ilusões Armadas pt. II: A Ditadura Escancarada**. Editora Intrínseca, Rio de Janeiro, 2ª ed., 2014.

MORGENTHAU, Hans. J. **A Política entre as Nações**. Caps. IV, V, VI, VII e XXIX. Coleção Clássicos IPRI, Editora Universidade de Brasília, São Paulo, 2003.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ATIVIDADES. No 02/2019. Ago/Out. 2019.

O'DONNELL, Guillermo A. **Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism: Studies in South American Politics**.

RORIZ, João. **Os Donos do Silêncio: A Política Externa do Regime Militar Brasileiro e a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas**. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-103136/113>>. Acesso em 10 de Setembro de 2022.

INTERNATIONAL, Amnesty. **Report on allegations of torture in Brazil**.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. **Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar**. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/hphSyQc6TDYyWFbJ5gkVMWD/abstract/?lang=pt#>>.

STEPAN, Alfred. **Authoritarian Brazil: Origins, Policies, and Future**. New Haven and London, Yale University Press. 1973.

STEPAN, Alfred. **O Papel do Estado: Conceitos e Comparações**. IN: Estado Corporativismo e Autoritarismo. 1980. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro. Coleção Estudos Latino-Americanos, v. 17.

STEPAN, Alfred. **Os militares na Política: Changing Patterns in Brazil**. Tradução de Ítalo Tronca. Editora Artenova S.A. 1975.

THEMISTOCLES, Brandão Cavalcanti, *et al.* **Constituição Federal de 1967**. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. 2012. Coleção Constituições Brasileiras, v. 6, 3ª ed.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Cap. 4.

VREELAND, James Raymond. **Political Institutions and Human Rights: Why Dictatorships Enter into the United Nations Convention against Torture**. International Organization. 2008. v. 62, No. 1.